



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____. DE 2017
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir a Resolução Nº 219, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau e dá outras providências.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, com base no art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a realização de audiência pública para discutir a Resolução Nº 219, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau e dá outras providências. Solicito sejam convidados (as) para tal debate:

- I) Presidente do TST /CSJT – Ministro Ives Gandra, ou alguém que lhe presente;
- II) Presidente do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – Ministra Carmem Lucia;
- III) Valter Nogueira – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado no Rio de Janeiro – SISEJUFE;
- IV) José Aristéia Pereira – Coordenador Geral da FENAJUFE e Presidente do SINDIQUINZE;
- V) José Rodrigues Costa Neto – Coordenador Geral do SINDJUS/DF;
- VI) Representante do Colégio dos Presidentes e Corregedores dos Tribunais do Trabalho (COLEPRECOR); e
- VII) Luiz Fernando Pereira Souza – Presidente da Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário nos Estados e no Distrito Federal – FENAJUD.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento visa discutir os feitos da eventual aplicação da Resolução Nº 219, do Conselho Nacional de Justiça. A aplicação e o cumprimento da norma no âmbito da Justiça do Trabalho, segundo dados, pode representar um desarranjo na formação do quadro de pessoal dos Tribunais Regionais do Trabalho, que conforme o Presidente do TST, “O remanejamento da força de trabalho entre os órgãos vai desestruturar a Justiça do Trabalho, por isso precisamos de uma revisão no texto. Se



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

não for assim, os TRTs vão lidar com a dura realidade de perderem, em média, 40% de seus servidores para a 1ª instância,” é o que destaca Ives Gandra. E esta desestruturação acontecerá também nas Justiças dos Estados e do Distrito Federal.

Face ao exposto, e considerando que tal medida poderá afetar sobremaneira a vida funcional dos servidores públicos do Poder Judiciário da União, pedimos o apoio dos eminentes Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2017.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

•
•